

DIVERSIDADE SEXUAL NO JORNALISMO BRASILEIRO:

um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Copyright © 2012
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

VICENTE DARDE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VALDIR MORIGI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO - Entendemos que a notícia, principal produto do jornalismo, é construída a partir dos múltiplos discursos que circulam dentro da cultura vigente, influenciados pelos valores relacionados à norma hegemônica que rege os comportamentos sociais, a heteronormatividade. A partir da Análise do Discurso, analisamos quais representações sobre a população LGBT os jornais brasileiros de referência, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ajudam a construir na sociedade. A busca pelo reconhecimento da diversidade sexual opera via normalização, dentro de uma perspectiva que estimula uma cultura de tolerância, na qual estão ancoradas as representações sobre o grupo, fortalecidas pelo discurso moral e ideológico das instituições religiosas que negam a possibilidade de exercício de uma cidadania plena da população LGBT. Concluímos que enquanto a heterossexualidade não for problematizada pelo jornalismo e debatida na esfera pública de forma aberta e democrática fica difícil romper os preconceitos e a violência contra a população LGBT. **Palavras-chave:** Jornalismo. Análise do Discurso. Diversidade Sexual. Heteronormatividade.

SEXUAL DIVERSITY IN BRAZILIAN JOURNALISM

a study of the representations of LGBT people in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*

ABSTRACT - We understand that the news, the main product of journalism, is constructed from the multiple discourses that circulate within the present culture, influenced by the values related to the hegemonic norm that governs social behavior, the hetero-normativity. Through Discourse Analysis, we analyzed which representations of LGBT people the leading Brazilian newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* help to build in our society. The search for recognition of sexual diversity operates via standardization, within a perspective that encourages a culture of tolerance, in which the representations of the group are anchored, strengthened by the moral and ideological discourse of religious institutions that deny LGBT people the possibility of the enjoyment of full citizenship. We conclude that as long as heterosexuality is not questioned by journalism and debated in the public sphere in an open and democratic way, it is difficult to combat prejudice and violence against LGBT people.

Keywords: Journalism. Discourse Analysis. Sexual Diversity. Hetero-normativity.

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 foi um marco para o avanço dos direitos civis e sociais para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil, principalmente com a decisão do STF de reconhecer *a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar*. Em alguns casos, juízes já converteram a união estável em casamento civil. Mas o ano foi marcado também por muita violência física e simbólica contra as pessoas LGBT, como nos casos de agressões na Avenida Paulista¹, em São Paulo, e da “campanha” da bancada evangélica no Congresso contra os direitos dessa população. E o que o jornalismo tem a ver com isso?

O jornalismo é, em nossa concepção, um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea, considerando-se a natureza pública e o compromisso social do campo jornalístico. Porém, os fatos transformados em notícia ainda são compreendidos no imaginário coletivo como naturais, e não socialmente construídos pelos múltiplos discursos.

Essa perspectiva naturalizante e essencialista do jornalismo não leva em conta os processos culturais historicamente construídos. Compreendemos a notícia – principal produto jornalístico – como a imbricação do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido. Essa perspectiva se funda em um padrão normativo ocidental hegemônico definido como heteronormatividade, que hierarquiza e atribui valores às masculinidades, feminilidades, aos arranjos familiares.

A partir dessa perspectiva, nossa pesquisa busca responder quais as representações sobre a população LGBT que circulam nos discursos dos jornais de referência *Folha de S. Paulo*² e *O Estado de S. Paulo*³.

Direito à diversidade sexual

A diversidade sexual é um termo utilizado para definir as múltiplas expressões da sexualidade. Não existe um padrão que possibilite definir o envolvimento afetivo e sexual de um indivíduo em relação ao outro. Como explica Torres (2010), entender a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico nos permite reconhecer que muitas vezes repetimos formas de discriminação até mesmo sem perceber. Rubin e Butler (2003) apontam inclusive a necessidade de conhecer as questões da diferença e da variedade sexual para questionar uma compreensão da heterossexualidade como única possibilidade da sexualidade.

As práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo dos sujeitos, restringindo suas possibilidades de

expressão da diversidade sexual. A normatividade da sexualidade nos países ocidentais considera como legítimas as relações conjugais monogâmicas heterossexuais. Dessa norma segue-se uma infinidade de implicações, dentre as quais se destaca o padrão de arranjos familiares formado por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco baseadas nos laços de sangue (SILVA, 2010).

As representações destas relações são chamadas de heteronormatividade⁴, cuja base fundadora é a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003a). Tal heteronormatividade se complexifica quando associada a outros marcadores sociais como raça, cor, orientação sexual, classe e idade, resultando em valores sociais que assumem uma hierarquia, produzindo relações sociais de desigualdade bem como masculinidades, feminilidades, sexualidades e arranjos familiares periféricos (VEIGA; DARDE, 2009, p. 3).

A heteronormatividade está assentada em um sistema binário, dicotômico de categorização e pressupõe dois modelos estritamente definidos com base na genitália: é macho ou fêmea. Disso decorrem comportamentos esperados para o masculino e para o feminino, pautados em uma *heterossexualidade compulsória* (supostamente biológica, portanto, natural, dada pelo corpo) que conduz o desejo em direção ao sexo oposto.

A masculinidade hegemônica é associada primeira e principalmente com a heterossexualidade e o casamento, mas também com autoridade, trabalho remunerado, força e dureza física. Essa masculinidade hegemônica é exercida por poucos homens na sociedade. Entretanto, um grande número de homens obtém vantagem dessa masculinidade hegemônica dominante na ordem patriarcal, corporificando, desse modo, uma masculinidade cúmplice.

A heteronormatividade cria um ambiente de tolerância em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais por grande parte da sociedade a partir da domesticação da homossexualidade, o que significa levar os homossexuais a pensarem e se comportarem como heterossexuais. Referindo-se às estratégias *normalizadoras* da mídia, Seffner afirma que:

[...] a sociedade busca **normalizar** (grifo do autor) gays, lésbicas e travestis, insistindo na inclusão daqueles que são monogâmicos, daqueles que mantêm uniões estáveis, daqueles que revelam possuir boa condição econômica, enfim, dos que se esforçam por parecer **normais** e são bem comportados. [...] Entre as lésbicas, a situação não é diferente, com o claro prestígio daquelas que são discretas, bem-sucedidas, decididas e empreendedoras sem perder a feminilidade (SEFFNER, 2006, p. 30).

Acreditamos que seja por meio do entendimento acerca da hierarquização de atributos (raça, gênero, classe social etc.) que se poderá

compreender tanto os valores sociais quanto as concepções de gênero que se constituem nas práticas sociais e que acabam contribuindo para a heteronormatização da nossa sociedade, sendo, portanto, fundantes das desigualdades entre sujeitos construídas historicamente.

A teoria *queer* vem desconstruindo a oposição binária heterossexualidade/ homossexualidade existente dentro do padrão heteronormativo. *Queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Este termo é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização (LOURO, 2001). A teoria se estruturou em torno dos anos 1990, constituída por integrantes com pensamentos diversificados. Esses pensadores partiram da construção discursiva das sexualidades apresentadas por Foucault (1985) e adotaram a proposta de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida.

Como observa Louro (2001), a desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos polos. Para os teóricos *queer*, a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, onipresente na cultura ocidental moderna, poderia ser efetivamente criticada por meio de procedimentos desconstrutivos. Ao concebermos a sexualidade no plural, estamos reconhecendo as diferenças de orientações ou preferências sexuais, possibilitando que sujeitos diferentes se vejam como interdependentes e não opostos.

A persistente luta pelo reconhecimento de direitos já existentes, normalmente apoiados em identidades e estilos de vida consolidados, claramente nos leva a discriminar outros modos de ser e de existir construídos historicamente ao longo da trajetória dos indivíduos LGBT. Como aponta Seffner (2011), desta forma ser gay, por exemplo, que por muito tempo foi algo visto como uma imagem crítica da vida heterossexual masculina, hoje busca se enquadrar em atributos claramente hegemônicos da masculinidade. O autor defende que os homossexuais precisam se unir enquanto população LGBT, mas tem que saber quebrar uma hegemonia intramovimento gay. Poderíamos, neste caso, ter resultados mais efetivos sobre cidadania desses sujeitos marginalizados, não apenas com conquistas de direitos civis através do Legislativo e do Judiciário, mas sim o reconhecimento efetivo sobre as diversidades.

Jornalismo e a construção social da realidade

O jornalismo, entendido como um espaço discursivo, representa uma importante esfera de produção de sentidos a partir da qual também

se pode construir novas visões sobre gênero e sexualidade ancoradas no conceito de diversidade sexual. No entendimento de que o jornalismo contribui para a construção da realidade e que dessa forma está fortemente relacionado com a normatividade vigente (seja no partilhamento de valores, seja na reprodução destes), partimos do pressuposto de que o mesmo contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade, indiretamente trabalhando para a manutenção do *status quo*. É importante ressaltar que não se trata de pensar o jornalismo de forma maniqueísta, atuando perversa e deliberadamente nesse sentido, mas sim na perspectiva de compreender as notícias como resultado das imbricações do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido.

Para compreender a construção da notícia, nos filiamos às teorias construcionistas⁵, “[...] que trazem o próprio *ethos* jornalístico, o lugar onde as notícias são produzidas, como um elemento fundante, e no centro desse *ethos*, o jornalista se destaca” (SILVA, 2010, p.41). De acordo com Traquina (2001, p. 86), entendido por Veiga e Darde,

as teorias construcionistas “[...] reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Wolf (2004, p. 190) compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “[...] as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (VEIGA; DARDE, 2009, p. 6).

Na nossa concepção, a verdade passa por uma reconstrução no jornalismo, que permite contextualizar os fatos, proceder ao seu encadeamento, procurar as suas causas e apresentá-los na sua coerência. Verdade que, vale dizer, se está em algum lugar, nunca é no fato, mas em *quem* o vê como verdade. Como indica Cornu (1999), na prática informativa é ilusório separar a discussão do acontecimento da discussão sobre o seu significado. Logo existem potencialmente muitas possibilidades de reconstrução possíveis da realidade. Porém, tal aspecto não impede que a intenção de objetividade faça também parte como elemento orientador da reconstrução e da interpretação.

No cotidiano, os produtos jornalísticos permeiam a vida social servindo como fonte de produção e intercâmbio de significados, o que se relaciona diretamente com a cultura. Tal importância se dá fundamentalmente porque são “[...] os significados culturais [...] que organizam e regulam as práticas culturais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997, p.2).

Na visão de Correia (2008), dar a notícia consiste em atribuir relevância a temas da realidade atual que sejam atraentes para a comunidade, à luz dos respectivos sistemas de crenças e

de relevâncias. Para esse efeito, utiliza-se um enquadramento que possa ser compreendido pelo maior número possível de receptores e que seja, idealmente, olhado como passível de ser lido e assimilado independentemente das diferentes opções políticas e formação cultural dos seus membros. Constrói-se, assim, uma narrativa estandardizada e estereotipada que é pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e a conquistar audiências.

[na] intrínseca relação jornalismo-formação de valores, certamente é a notícia o elo capaz de revelar essa imbricação. Ao conceber a notícia como uma construção social, identifica-se um conjunto de elementos fundamentais para que um “fato” adquira o *status* de notícia. Segundo Wolf, “[...] a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2003, p. 190). A definição de noticiabilidade indica claramente a existência de um processo de escolha, o qual demonstra que “a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade” (CAREY⁶ *apud* TRAQUINA, 2001, p. 87). Esse processo complexo, “que transforma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2004, p. 180) tem a ver com um conjunto de requisitos que devem necessariamente “fazer sentido” tanto aos órgãos de informação quanto aos profissionais (os jornalistas) [...] (SILVA, 2010, p. 36-37).

Na análise de Antunes, Vaz *et al.* (2011), as notícias, postas em circulação, repercutirão no sentido de agendar temas para debates, informando ao público sobre questões que estão na “ordem do dia”. Da mesma forma, o próprio público agenda a mídia, a partir de demandas para que ela dê visibilidade a temas que lhe interessa, e as mídias agendam-se mutuamente, a partir da repercussão de temáticas de amplo apelo social.

Nesse agendamento, entram elementos típicos do fazer jornalístico, como enquadramento e noticiabilidade. A noticiabilidade liga-se intimamente ao que os estudiosos denominam de “valores- notícia”, que podem variar da noção de que têm valor noticioso eventos de rara ocorrência, a temas que causam comoção, como atitudes violentas e/ou preconceituosas praticadas contra pessoas ou grupos ou ainda eventos programados, de óbvio impacto social (PONTE, 2005; WOLF, 2003).

Assim, é imprescindível reconhecermos o jornalismo enquanto prática discursiva, como lugar de seleção e de construção simbólica de fatos, em que são fundamentais as escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado desse processo. É presente, ainda, que o discurso jornalístico naturalizou-se

como o discurso sobre o real, valendo-se do capital da credibilidade (BERGER, 1998). É por essa razão que pensar o Jornalismo pelos mecanismos da linguagem possibilita deixar transparecer o que habitualmente permanece escondido: a trama de relações que constitui um discurso (já tomado como texto pelo analista), extraindo dele os processos particulares (do presente e do histórico) que o conformam.

Metodologia

Verificar quais representações sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são construídas pelos discursos jornalísticos da *Folha* e do *Estadão*, identificando as visões hegemônicas e periféricas, requer uma metodologia que aplica, nos seus diversos níveis de aprofundamento, técnicas oriundas da Análise do Discurso francesa (AD).

Benetti (2007) explica que a AD é produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes (jornalista, instituição, fonte, leitor) e identificação dos sentidos (formações discursivas, silenciamento, movimentos de paráfrase e polissemia). Utilizamos os dois tipos de pesquisas como método para a análise dos textos jornalísticos, pois entendemos que dessa forma chegaríamos a um resultado mais aprofundado e contribuiríamos para o fortalecimento da construção de uma metodologia de pesquisa própria ao campo do Jornalismo.

A Análise do Discurso está preocupada com o funcionamento dos discursos, ou seja, quer saber tanto *o que* o texto diz, em termos de sentidos, quanto *como* e *por que* ele o diz daquele modo. Define também os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também constituem este contexto. Na AD é preciso visualizar a estrutura do texto, e ela vem de fora, é exterior, se constitui pela ideologia e pelo imaginário. Começamos a análise identificando as Formações Discursivas (FDs), que autorizam o que deve ou não ser dito. Para chegarmos às Formações Discursivas, mapeamos as Sequências Discursivas, trechos que recortamos do texto para análise, onde identificamos os sentidos produzidos por este texto. Não há uma fórmula a ser aplicada, ficando a cargo do pesquisador sua capacidade interpretativa dentro de parâmetros de rigor.

O *corpus* da pesquisa é composto pelos textos jornalísticos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, diários de referência no Brasil. Para o refinamento da pesquisa, utilizamos primeiramente a regra da exaustividade, incluindo todos os documentos relativos à população LGBT publicados durante o primeiro semestre de 2011. Escolhemos esse período por ele contemplar um fato histórico

na luta por direitos da população LGBT no Brasil: a aprovação da união estável gay por parte do Supremo Tribunal Federal, o que significa o reconhecimento da relação homoafetiva como uma família, com os mesmos direitos de um casal heterossexual numa união estável.

As representações sobre a população LGBT

Ao identificarmos as fontes de informação utilizadas nas reportagens dos dois jornais percebemos o predomínio de fontes institucionais ligadas aos três poderes: **Legislativo, Judiciário e Executivo**. Como já nos referimos, o acesso significativo a esses locutores se deve aos fatos ocorridos como a aprovação pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a conseqüente repercussão desse assunto feita pelos jornais. A discussão no Congresso Nacional de projetos como o que criminaliza a homofobia e, no Executivo, da elaboração de material didático para as escolas públicas com conteúdo de combate ao preconceito contra a diversidade sexual também ganharam visibilidade nos jornais em função de seu caráter “polêmico”. Desta forma, fontes legitimadas para falar pelas pessoas LGBT – como as **ONGs** (organizações não governamentais) – e porta-vozes ligados às **Igrejas Católica e Evangélica** foram ouvidos pelos jornalistas. Nos casos das matérias sobre direitos civis também temos o acesso às fontes identificadas como **Especialistas em direito, educação e psicologia**, que foram acionadas para discutir os projetos já mencionados acima.

A presença de um número grande de **Pessoas LGBT** como fonte de informação também aparece pelo fato do aumento nas denúncias de agressões contra gays e travestis motivadas pela homofobia. A população LGBT parece não ter mais medo de se expor publicamente para denunciar o preconceito e ajudar no enfrentamento à violência. Por esse motivo temos também a participação de fontes ligadas à **Polícia**. Os locutores classificados como **Esporte** também aparecem no contexto da discriminação e preconceito sofrido por um jogador de vôlei, que estimulou várias reportagens.

Podemos também destacar que apenas o jornal *Folha de S. Paulo* buscou averiguar se os cartórios realmente estavam registrando a união estável entre pessoas do mesmo sexo dias após a aprovação pelo STF, estratégia utilizada pelo jornal para manter o assunto na ordem do dia e cumprir também com seu papel fiscalizador do poder público. Por isso temos um número significativo de fontes relacionadas aos **Cartórios** em São Paulo. O número de fontes consultadas pela *Folha* e classificadas como **Comércio** se deve principalmente aos textos que abordaram as

pessoas LGBT pelo viés do consumo, como as matérias sobre Turismo e as da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo.

Tabela 1 - Fontes nos textos dos dois jornais

Tipo de Fonte	Folha	Estadão	Total
Legislativo	20	36	56
Judiciário	18	36	54
Executivo	15	26	41
Pessoas LGBT	21	19	40
ONG	21	18	39
Igreja	10	15	25
OAB / advogados	09	11	20
Especialista em Direito	15	04	19
Polícia	07	07	14
Comércio	12	00	12
Esporte	04	06	10
Cartório	08	00	08
Ministério Público	03	05	08
Saúde	05	02	07
Especialista em Educação	04	03	07
Artista	04	01	05
Especialista em Psicologia	01	02	03
Outros	19	22	41
Total	196	213	409

Fonte: elaboração dos autores

O mapeamento dos temas nos dois jornais pesquisados revela uma paridade entre os assuntos abordados, em grande parte na cobertura e repercussão de fatos, como na aprovação pelo STF da união estável, o caso de discriminação contra um jogador de vôlei e as declarações polêmicas do deputado federal Jair Bolsonaro. Entendemos que a visibilidade dos assuntos identificados como **Direitos Civis** e **Violência e Discriminação** estão em consonância com as reivindicações dos segmentos organizados da população LGBT e do próprio governo federal com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Sabemos também que esses temas se cruzam no debate público, como no caso do projeto de lei que criminaliza a homofobia, e tem gerado uma disputa de interesses entre parlamentares da *situação* e outros vinculados às bancadas religiosas (que neste governo se caracterizam como *oposição*).

Identificamos apenas uma diferença entre os jornais, que foi a abordagem da população LGBT pelo viés do turismo, um caderno especial sobre os destinos turísticos no Brasil e no mundo voltados a esse público. Esses textos, no entanto, reforçam a redução da diversidade sexual

em apenas uma identidade homossexual hegemônica, a identidade gay. Lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são praticamente esquecidos pelo caderno de turismo, o que revela também o preconceito dentre os próprios homossexuais, pois parte dos textos foi escrita por um jornalista e militante gay.

Algo que nos interessa destacar é que, nas reportagens pesquisadas, a identidade sexual como posição do sujeito no discurso jornalístico está vinculada à luta por direitos e em situações de abjeção e violência. **Não encontramos posições de sujeito no terreno da sexualidade em temas que abordem outros aspectos possíveis para a construção de um novo olhar sobre a diversidade sexual.**

Tabela 2 - Temas nos textos dos dois jornais

Tema	Folha	Estadão	Total	%
Direitos civis	41	46	87	53
Violência e discriminação	28	31	59	36
Turismo	08	00	08	05
Outros	07	03	10	06
Total	84	80	164	100

Fonte: elaboração dos autores

Os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre a população LGBT nos dois jornais estudados mostram uma tensão entre as representações que se mantêm conservadoras e outras que buscam desconstruir padrões culturais vigentes acerca da sexualidade e, assim, ajudar no combate à repressão da diversidade sexual. Tanto no jornal *Folha* quanto no *Estadão* as representações que predominam são **Desvio da Norma** (que definimos como FD-2), baseadas em doutrinas e ideologias religiosas que consideram a homossexualidade como pecado, anormalidade, doença e crime, como podemos verificar nesta seqüência discursiva:

Não se trata de homofobia, mas de um posicionamento contrário à apologia que existem em torno da homossexualidade... **O normal não é ser homossexual.** O normal é ser heterossexual. Duvido que algum pai tenha orgulho de ter um filho gay., afirmou Flávio Bolsonaro, deputado e filho de Jair Bolsonaro (ESTADO DE S. PAULO, 2 abr. 2011).

A utilização do termo *homossexualismo*, associado ao imaginário da doença, também é uma estratégia que reforça o preconceito, reproduzindo o padrão normatizado de se conceber as relações sexuais com a finalidade de procriação entre homem e mulher.

Ele criticou as políticas do governo de combate à discriminação contra a comunidade LGBT, como o kit anti-homofobia distribuído nas escolas da rede pública, que chamou de “**apologia ao homossexualismo**”. “Querem criar uma bolsa de estudos para travestis e transexuais. É a **bolsa-gay**”, atacou o deputado Jair Bolsonaro (ESTADO DE S. PAULO, 1 abr. 2011).

O processo de estigmatização também passa pelo estereótipo do homem efeminado. O valor negativo foi historicamente atribuído à efeminação, ou seja, um homem não deve ter comportamentos “tipicamente” femininos. Ao considerar o ser efeminado alguém inferior, os grupos estabelecidos como majoritários dentro da heteronormatividade imediatamente atribuem a todos os homens homossexuais essa característica, como destacamos nessa sequência discursiva:

Isso porque, de acordo com a rede britânica BBC, a sepultura desse antigo europeu apresenta **características normalmente associadas aos túmulos de mulheres** (trecho da reportagem) (FOLHA DE S. PAULO, 8 abr. 2011).

Outra representação dominante é a do **Cidadão** merecedor de direitos civis (que definimos como FD-1), que aparece em termos quantitativos ligeiramente abaixo do primeiro colocado, mas que consideramos um equilíbrio nesses discursos. Nas seguintes sequências discursivas identificamos as representações voltadas para a cidadania:

“Aqueles que fazem sua opção pela união homoafetiva **não podem ser desiguais em sua cidadania**”, disse o ministro do STF, Cesar Peluso (ESTADO DE S. PAULO, 6 maio 2011).

“Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são **abominadas pela Constituição**: a **intolerância** e o **preconceito**”, afirmou ministro do STF, Fux (FOLHA DE S. PAULO, 6 maio 2011).

Entre os jornais também há um equilíbrio da abordagem de assuntos relacionados às violências física e simbólica, o que resultou na representação das pessoas LGBT como **Vítima** (que definimos como FD-3) na terceira colocação, conforme percebemos neste trecho da reportagem:

“Quando os funcionários **descobriram que eu era gay**, me **obrigaram a ficar nu** e dois funcionários **imobilizaram meus pés** e, um terceiro, minhas mãos. Outro introduziu o cabo de uma vassoura com **violência em meu ânus**. Tive **hemorragia**”, disse Fábio (nome fictício), homossexual preso (FOLHA DE S. PAULO, 1 jan. 2011).

A representação como **Consumidor** (que definimos como FD-4) é mais presente no *corpus* da Folha, principalmente por causa das matérias especiais sobre Turismo voltado a esse público, e nas reportagens que tratam da Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista,

como vemos nesta sequência discursiva:

Os **primeiros turistas** começaram a chegar ontem e aproveitaram o feriado ensolarado de Corpus Christi para **passear na Paulista** (trecho da reportagem) (FOLHA DE S. PAULO, 24 jun. 2011).

Tabela 3 - Representações sobre população LGBT nos dois jornais

Formações Discursivas	Representações sobre LGBT	Folha	Estadão	Total	%
FD-2	Desvio da norma	37	35	72	37
FD-1	Cidadão	37	31	68	35
FD-3	Vítima	21	25	46	24
FD-4	Consumidor	08	01	09	04
Total		103	92	195	100

Fonte: elaboração dos autores

Conclusões

Em nossa pesquisa, identificamos que as representações que possibilitam a inclusão social e o combate às desigualdades para a população LGBT estão ancoradas em uma perspectiva que reitera a heteronormatividade hegemônica. A visibilidade da população LGBT passa pela normatização de direitos e deveres, que tem o seu ponto principal na união estável. Uma das construções simbólicas de maior presença que circula nos textos jornalísticos são as representações da população LGBT ancorada em uma visão onde as relações conjugais monogâmicas heterossexuais são identificadas como padrão de “normalidade”. É a busca pelo “casamento” que inclui os homossexuais masculinos e femininos.

Essa concepção da normatividade é ancorada “no padrão de arranjos familiares nucleares formados por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco baseadas nos laços de sangue” (VEIGA; DARDE, 2009, p. 3). Em cima desta concepção constroem outras representações e discursos dentre as quais se destacam as posições adotadas pela Igreja Católica para “condenar” as práticas homossexuais. A manutenção deste padrão normativo não se dá pela exclusão do discurso sobre a homossexualidade, e sim por torná-la excêntrica, exótica, transformando-a em um “estilo de vida” da “minoría” da população, reforçando a hegemonia da norma heterossexual.

É um discurso discriminatório porque reforça a heteronormatividade também no momento em que leva os homossexuais a quererem aderir a normas e valores entendidos como heterossexuais, como o “casamento”

e a adoção de crianças. Essas representações sobre a homossexualidade que circulam nos meios passam a ter diversas implicações na vida social relacionadas às construções identitárias, contribuindo para a perpetuação do preconceito contra a população LGBT e de outros grupos que constroem a sua identidade social a partir da diferença.

Os sentidos produzidos pelos discursos da *Folha* e do *Estado* reiteram também a redução da diversidade sexual em apenas uma identidade hegemônica, a homossexual, palavra que vem carregada de preconceito e reproduz significados como doença e pecado. Quando utilizam a sigla LGBT, os textos jornalísticos estão se referindo apenas ao movimento organizado; em outras situações, os termos predominantemente usados como sinônimos são homossexual e gay.

Na perspectiva da teoria *queer*, uma estratégia importante na luta contra a discriminação e o preconceito é enfatizar os mecanismos que promovem injúria e abjeção, mais do que enfatizar identidades e comportamentos sociais. Ao falarmos de mecanismos e processos que produzem constantemente injúria e abjeção, podemos estabelecer produtivas alianças com outros movimentos sociais. Podemos construir lugares de diálogo e de luta que cruzam barreiras de cor, raça, classe, religião, gênero, sexualidade etc. Poderíamos, neste caso, ter resultados mais efetivos sobre cidadania desses sujeitos marginalizados, não apenas com conquistas de direitos civis através do Legislativo e do Judiciário, mas sim o reconhecimento efetivo sobre as diversidades. Para a teoria *queer*, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar.

Será que a discurso jornalístico é um espaço de prolongamento e de reprodução das formas de dominação social ou pode constituir-se também como lugar de afirmação de pluralidades e de resistência à dominação? Será que as representações das múltiplas identidades sexuais e de gênero permitem o dizer de outro modo, ou está simplesmente associada à produção de estereótipos e à sintonia com um discurso monofônico de manutenção do padrão hegemônico? O jornalismo, enquanto campo marcado por “disputas, lugar de produção de sentidos e formação de valores” (SILVA, 2010, p. 27), deve buscar constantemente cumprir sua promessa de esclarecimento, partindo do pressuposto de que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação. E não queremos dizer que falta a contextualização dos fatos no fazer jornalístico, pois ele está muitas vezes presente, mas de uma forma que reitera o senso comum a partir das “interpretações

prontas”. A partir de fissuras na estrutura do processo produtivo da notícia, os jornalistas são capazes de levar à reflexão sobre o cotidiano, e assim contribuírem para um novo olhar sobre a diversidade sexual.

A heteronormatividade precisa ser contestada pelo discurso jornalístico de maneira frontal porque todas as violações relacionadas à sexualidade derivam da ameaça que o desejo por pessoas do mesmo sexo representa para as normas e estruturas existentes que ancoram a heterossexualidade compulsória. O fato do discurso jornalístico sobre os direitos para a população LGBT não enfrentar a heteronormatividade também significa que ele quase nunca se engaja com o potencial subversivo da sexualidade *queer*.

Para a construção de um novo olhar sobre a diversidade sexual, os jornalistas e veículos de comunicação não podem em seus discursos reduzir os estudos sobre gênero e sexualidade à dicotomia natureza/cultura; devem evitar a circunscrição do debate de gênero à instância do feminino e empreender discussões que vão além das diferenças culturais genéricas entre homens e mulheres e das abstrações sociais das relações de gênero, considerando as diversidades culturais produzidas por classe, raça/etnia, geração e orientação sexual.

É necessário um olhar plural sobre o masculino, como forma de crítica permanente à tentativa de reduzir a masculinidade a uma categoria que torne os homens homogêneos. Uma utilização estreita do discurso sobre os direitos da população LGBT oferece uma escapatória para não confrontar a heteronormatividade e sua subversão. Somente essa interseccionalidade nos ajudará a revelar os vínculos entre as opressões. A heteronormatividade é tão disseminada, insidiosa e muitas vezes intangível que não pode ser contestada somente como uma violação dos direitos sexuais. E o jornalismo, dentro desse campo de disputas de poder, deve possibilitar a transparência e os valores democráticos à sociedade, o direito ao relato veraz, e à discussão elucidativa dos conflitos da atualidade. O que impõe aos jornalistas, com certa urgência, buscarem desconstruir seus valores “retrógrados” e abrirem espaço para novos saberes e olhares sobre o mundo.

NOTAS

- 1 A Avenida Paulista é considerada um dos principais centros financeiros da cidade de São Paulo, assim como também um dos seus pontos turísticos mais característicos. A avenida revela sua importância não só

como polo econômico, mas também como palco para manifestações públicas, como a Parada do Orgulho LGBT.

- 2 *Folha de S. Paulo* é um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo pelo Grupo Folha. Fundado em 1921, tornou-se o jornal mais vendido no país na década de 80. Em 1983, o jornal teve a primeira Redação informatizada na América do Sul. Em 2011, foi o segundo jornal de maior circulação em todo o país, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), e considerado um dos mais influentes.
- 3 *O Estado de S. Paulo*, fundado em 1875, é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Ao longo do tempo novas empresas e produtos foram criados a partir de *O Estado de S. Paulo*, principal produto do Grupo Estado, como rádio e agência de notícias. Em 2011, o jornal ocupou o quarto lugar em circulação em todo o país, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).
- 4 Termo cunhado em 1991 por Michael Warner no texto Introduction: fear of a queer planet, **Social Text** 29, p. 3-17.
- 5 Traquina (2004) explica que as teorias construcionistas (estruturalista e interacionista) surgem nos anos 70, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como “distorção” e que também põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade.
- 6 CAREY, J. The Dark Continent of American journalism. In: MANOFF; SCHUDSON (ed.). **Reading the News**. Nova York: Pantheon Books, 1986.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo *et al.* Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia (org.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudos das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BERGER, Christa. **Campos em Confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos**

Pagu – Olhares alternativos, 2003b.

COELHO, Marja Pfeifer; WEBER, Maria Helena. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene *et al.* (org.) **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, D.L, 1999.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso** - Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985. V. 1.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage/The Open University, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. In: VEIGA-NETO, Alfredo *et al.* **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise do discurso. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: Linhas de Análise do Discurso Jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **Tráfico sexual** – entrevista. Campinas: Cadernos Pagu, n. 21, 2003.

SEFFNER, Fernando. Visibilidade e atravessamento de fronteiras. **Arquipélago: revista de livros e idéias**. n. 7, Porto Alegre (RS): IEL/CORAG, p. 28-30, out. 2006.

_____. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VEIGA, Marcia; DARDE, Vicente. A perspectiva heteronormativa: representações de casais homossexuais no *Globo Repórter*. In: **Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro**, v. 12, p. eletrônico, 2009 [ISSN 1806-2776].

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

Valdir José Morigi possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. E-mail: valdir.morigi@ufrgs.br.

Vicente William da Silva Darde é jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Comunicação e Informação e doutor em Comunicação e Informação pela mesma universidade. Atualmente é jornalista no Grupo Bandeirantes de Comunicação em São Paulo. Trabalho com ênfase em Jornalismo Impresso, Televisão e Internet, atuando nos seguintes temas: Saúde, Cidadania, Cultura, Economia e Agronegócio. E-mail: vicentedarde@terra.com.br.

RECEBIDO EM: 03/04/2012 | ACEITO EM: 30/05/2012